

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

LEI Nº 3048 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013
ESTABELECE NORMAS SOBRE ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre atos e processos administrativos no âmbito da Administração municipal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§1º Os preceitos desta lei aplicam-se também ao Poder Legislativo quando no desempenho de função administrativa.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura de uma entidade da Administração Indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2º O processo administrativo obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade, consensualidade, participação, proteção da confiança legítima, responsabilidade, supremacia e indisponibilidade do interesse público.

§1º A norma administrativa será interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.

§ 2º Nos processos administrativos serão observadas, entre outras, as seguintes normas:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição da República;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulso, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos nele contidos, permitida a cobrança pelos custos da reprodução, e conhecer as decisões proferidas, na forma dos respectivos regulamentos, ressalvadas as hipóteses de sigilo admitidas em direito;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

Parágrafo único. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo não ofende a constituição.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES DO ADMINISTRADO

Art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos com clareza e conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO IV

DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 5º Todo assunto submetido ao conhecimento da Administração tem o caráter de processo administrativo.

Parágrafo único. O processo administrativo pode iniciar-se de ofício, por Requerimento, Proposição ou Comunicação do administrado.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado deve ser formulado por escrito e conter os seguintes elementos essenciais:

I – entidade, órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do requerente ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, da comunicação, ou da proposição, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

VI - declaração sobre a existência de pedido administrativo e ou ação judicial com o mesmo objeto, incorrendo nas penalidades cabíveis o requerente que omitir ou prestar informação falsa.

§1º É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de petições ou documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

§2º Constatada a ausência de algum dos elementos essenciais do requerimento pela autoridade competente para o julgamento ou para a instrução, será determinado o suprimento da falta pelo requerente, concedendo-se, para tanto, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas úteis nem superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da correspondente comunicação, sob pena de arquivamento, salvo se a continuação do feito for de interesse público.

§3º A Proposição será apreciada conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração, segundo as prioridades definidas pelas autoridades competentes.

§4º A renovação de pedidos já examinados, tendo como objeto decisão administrativa sobre a qual não caiba mais recurso, caracterizando abuso do direito de petição, será apenas com multa fixada em Decreto do Prefeito, observando-se, na aplicação da sanção, de competência do Secretário Municipal ou da autoridade máxima da entidade

vinculada, a capacidade econômica do infrator e as disposições desta Lei relativas ao processo administrativo sancionatório.

Art. 7º As entidades e órgãos administrativos deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes, visando a atender hipóteses semelhantes.

Art. 8º Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário ou se a aglutinação puder prejudicar a celeridade do processamento.

**CAPÍTULO V
DOS INTERESSADOS**

Art. 9º Poderão atuar no processo administrativo os interessados como tais designados:

I - as pessoas físicas ou jurídicas que se apresentem como titulares de direitos ou interesses individuais, ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem haver iniciado o processo, tenham direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas físicas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Parágrafo único. Será admitida a intervenção de terceiro no processo, por decisão de autoridade, quando comprovado seu interesse e, nos casos dos incisos III e IV deste artigo, dependerá de comprovação de pertinência temática por parte das pessoas neles indicadas.

Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

**CAPÍTULO VI
DA COMPETÊNCIA**

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, ressalvadas as hipóteses de delegação e avocação previstas nesta Lei ou em Leis específicas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a celebração de convênios, consórcios ou instrumentos congêneres, nos termos de legislação própria.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, **e sempre de forma fundamentada** em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, bem como a duração, os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, observados os princípios previstos no art. 2º desta Lei.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas, bem como as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e eventuais alterações, horários de atendimento e de prestação dos serviços e, quando conveniente, a unidade funcional competente em matéria de interesse especial, bem como meios de informação à distância e quaisquer outras informações de interesse geral.

Parágrafo único. A administração disciplinará a divulgação das informações previstas no caput deste artigo por meio eletrônico.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

**CAPÍTULO VII
DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO**

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo;

II - seja cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau de qualquer dos interessados;

III - tenha dele participado ou dele venha a participar como perito, testemunha ou representante ou se tais situações ocorrerem quanto a qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior;

IV - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou com qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior;

V - esteja proibido por lei, ato normativo ou regulamento de fazê-lo.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui infração funcional, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

**CAPÍTULO VIII
DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir ou quando houver padronização estabelecida por órgão da Administração.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização, a identificação e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

§5º A Administração Pública poderá disciplinar, mediante decreto, a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos técnicos exigidos na legislação específica, em especial os de autenticidade, integridade e validade jurídica.

Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição pela qual tramitar, **salvo mediante justificativa expressa** nos casos de urgência e interesse público relevante.

Parágrafo único. Poderão ser concluídos após o horário normal de expediente os atos já iniciados, cuja eventual interrupção possa causar dano ao interessado ou à Administração.

Art. 24. Inexistindo disposição específica em lei ou em despacho da autoridade competente, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo impróprio de trinta dias

úteis, salvo justo motivo **expressamente justificado ou nos casos em que se tratar de acesso à informação.**

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado sucessivamente, mediante ato motivado.

Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

**CAPÍTULO IX
DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS**

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1º A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2º O interessado terá o prazo mínimo de três dias úteis, contados da ciência da intimação, para atendê-la.

§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, por meio eletrônico ou outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

§ 6º Presumem-se válidas as citações, intimações e quaisquer outras formas de comunicação dirigidas ao endereço residencial registrado no assentamento funcional do servidor, cumprindo-lhe atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito material pelo administrado.

Parágrafo único. O interessado poderá atuar no processo a qualquer tempo recebendo-o no estado em que se encontrar, observado o seguinte:

I - nenhum ato será repetido em razão de sua inércia;

II - no prosseguimento do processo será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

**CAPÍTULO X
DA INSTRUÇÃO**

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício, por iniciativa da Administração, sem prejuízo do direito dos interessados de requerer a produção de provas e a realização de diligências.

§ 1º O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2º Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

§ 3º Durante a tramitação, o processo permanecerá na repartição onde tiver curso.

Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Parágrafo único. Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas ou manifestamente impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, bem como a documentação posta à disposição pelo órgão competente, fixando-se prazo para o oferecimento de alegações escritas, que deverão ser consideradas pela Administração.

§2º O comparecimento de terceiro à consulta pública não confere, por si só, a condição de interessado no processo, mas atribui-lhe o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum para todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo ou consulta pública realizada por meio eletrônico.

Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação singular ou coletiva de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência públicas e de outros instrumentos de participação de administrados serão divulgados, preferencialmente, por meio eletrônico, com indicação sucinta das suas conclusões e fundamentação.

Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos do processo.

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 37. A administração pública não conhecerá requerimentos ou requisições de informações, documentos ou providências que:

I - não contenham a devida especificação do objeto e finalidade do processo a que se destinam;

II - não sejam da competência do órgão requisitado;

III - acarretem ônus desproporcionais ao funcionamento do serviço, ressalvada a possibilidade de colaboração da entidade ou órgão requisitante.

Art. 38. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes no próprio órgão responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, a autoridade competente para a instrução, verificada a procedência da declaração, proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias, ou justificará a eventual impossibilidade de fazê-lo.

Art. 39. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

Parágrafo único. Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

Art. 40. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, a que se refere o “caput” deste artigo, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Art. 41. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo **que poderá ser desarquivado mediante recurso ou requerimento posterior contendo a documentação solicitada.**

Art. 42. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 43. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo impróprio de trinta dias úteis, salvo norma especial, admitidas sucessivas prorrogações desde que por justo motivo.

§1º A divergência de opiniões na atividade consultiva não acarretará a responsabilidade pessoal do agente, ressalvadas as hipóteses de erro grosseiro ou má-fé.

§2º O exercício das funções típicas da advocacia pública consultiva, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município, constitui atividade exclusiva dos Procuradores do Município, a teor do que dispõe o art. 72, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Niterói.

§3º O Procurador do Município não pode ser responsabilizado pela emissão do parecer jurídico na atividade consultiva de assessoramento do Município, ressalvadas as hipóteses de erro grosseiro ou de comprovada má-fé.

Art. 44. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes, sem prejuízo da apuração de responsabilidade de quem se omitiu na diligência.

Art. 45. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Art. 46. O interessado tem direito à obtenção de vista dos autos e de certidões das peças que integram o processo ou cópias reprográficas dos autos, para fazer prova de fatos de seu interesse, ressalvados os casos de informações relativas a terceiros, protegidas por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 47. Quando o órgão de instrução não for o competente para emitir a decisão final, elaborará relatório circunstanciado indicando a pretensão deduzida, o resumo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade com competência decisória.

**CAPÍTULO XI
DAS PROVIDÊNCIAS ACAUTELADORAS**

Art. 48. Em caso de perigo ou risco iminente de lesão ao interesse público ou à segurança de bens, pessoas e serviços, a Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras.

Parágrafo único. A implementação da medida acauteladora será precedida de intimação do interessado direto para se manifestar em prazo não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, salvo quando:

I - o interessado for desconhecido ou estiver em local incerto e não sabido; ou

II - o decurso do prazo previsto neste parágrafo puder causar danos irreversíveis ou de difícil reparação.

**CAPÍTULO XII
DO DEVER DE DECIDIR**

Art. 49. A Administração tem o dever de, explícita e motivadamente, emitir decisão conclusiva nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 50. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo impróprio de até sessenta dias para decidir, salvo se necessária prorrogação, que deve ser devidamente motivada.

Art. 51. No exercício de sua função decisória, poderá a Administração firmar acordos com os interessados, a fim de estabelecer o conteúdo discricionário do ato terminativo do processo, salvo impedimento legal ou decorrente da natureza e das circunstâncias da relação jurídica envolvida, observados os princípios previstos no art. 2º desta Lei, desde que a opção pela solução consensual, devidamente motivada, seja compatível com o interesse público.

Art. 52. Quando a decisão proferida num determinado processo administrativo se caracterizar como extensível a outros casos similares, poderá o Prefeito, após manifestação da Procuradoria Geral do Município, mediante ato devidamente motivado, atribuir-lhe eficácia vinculante e normativa, com a devida publicação na imprensa oficial.

Parágrafo único. O efeito vinculante previsto neste artigo poderá ser revisto, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, mediante edição de novo ato, mas dependerá de manifestação prévia da Procuradoria Geral do Município.

**CAPÍTULO XIII
DA MOTIVAÇÃO**

Art. 53. As decisões proferidas em processo administrativo deverão ser motivadas, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem, modifiquem ou extingam direitos;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

IV - julguem recursos administrativos;

V - decorram de reexame de ofício;

VI - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão, ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VII - importem em anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo;

VIII - acatem ou recusem a produção de provas requeridas pelos interessados;

IX - tenham conteúdo decisório relevante;

X - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

XI - extingam o processo.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato e deverão compor a instrução do processo.

§ 2º Na solução de vários assuntos da mesma natureza, poderão ser utilizados recursos de tecnologia que reproduzam os fundamentos das decisões, desde que este procedimento não prejudique direito ou garantia dos interessados e individualize o caso que se está decidindo.

§ 3º A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões, proferidas oralmente, constará da respectiva ata, de acórdão ou de termo escrito.

**CAPÍTULO XIV
DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO**

Art. 54. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem as tenha formulado.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 55. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

CAPÍTULO XV

DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO

Art. 56. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode, respeitados os direitos adquiridos, revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

Parágrafo único. Ao beneficiário do ato deverá ser assegurada a oportunidade para se manifestar previamente à anulação ou revogação do ato.

Art. 57. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

- I - vícios de competência, mediante ratificação da autoridade competente;
- II - vício de objeto, quando plúrimo, mediante conversão ou reforma;
- III - quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão motivada.

Art. 58. A Administração tem o prazo de cinco anos, a contar da data da publicação do ato ou da decisão final proferida no processo administrativo, para anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os administrados, ressalvado o caso de comprovada má-fé.

§1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§2º Sem prejuízo da ponderação de outros fatores, considera-se de má-fé o indivíduo que, analisadas as circunstâncias do caso, tinha ou devia ter consciência da ilegalidade do ato praticado.

§3º A autoridade competente, poderá, no exercício de autotutela da função administrativa, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, restringir os efeitos da declaração de nulidade de ato administrativo ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de determinado momento que venha a ser fixado.

CAPÍTULO XVI
DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO

Art. 59. Das decisões proferidas em processos administrativos e das decisões que adotem providências acauteladoras cabe recurso.

§ 1º O recurso administrativo interpõe-se por meio de requerimento endereçado ao órgão ou autoridade prolatora da decisão impugnada, devendo ser expostos os fundamentos do pedido de nova decisão, permitida a juntada de documentos.

§ 2º A interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

§ 4º Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

Art. 60. O recurso interposto contra decisão interlocutória ficará retido nos autos para apreciação em conjunto com o recurso interposto contra a decisão final, admitida a retratação pelo órgão ou autoridade administrativa, em cinco dias úteis.

Parágrafo único. Demonstrada a possibilidade de ocorrência de prejuízo de difícil ou incerta reparação, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, determinar o processamento do recurso em autos específicos e, em sendo o caso, atribuir-lhe efeito suspensivo.

Art. 61. O julgamento do recurso administrativo caberá à autoridade ou órgão imediatamente superior àquela que houver proferido a decisão recorrida, salvo expressa disposição legal ou regulamentar em sentido diverso.

§1º Apresentado o recurso, o órgão ou autoridade administrativa poderá modificar, fundamentadamente, a sua decisão no prazo de cinco dias úteis. Não o fazendo, deverá encaminhar o processo ao órgão ou autoridade competente para julgamento do recurso.

§2º Não sendo encaminhado o recurso ao órgão ou autoridade no prazo previsto no caput deste artigo, o interessado poderá reclamar diretamente contra o retardo ou negativa de seguimento, por qualquer meio, inclusive eletrônico, desde que documentado.

Art. 62. O recurso administrativo tramitará por, no máximo, três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 63. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- I - os titulares de direitos e interesses que tenham integrado o processo;
- II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;
- III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 64. Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo próprio para interposição de recurso administrativo dirigido contra decisão final, e de cinco dias o prazo próprio para interposição de recurso administrativo dirigido contra decisão interlocutória ou decisão que adotar providência acauteladora, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Recebido o recurso, o órgão ou autoridade competente para dele conhecer e julgar deverá intimar os demais interessados já qualificados no processo para apresentar razões no prazo próprio de cinco dias, na forma do art. 26, §3º, desta Lei.

§ 2º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo impróprio de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 3º O prazo mencionado no dispositivo anterior poderá ser prorrogado sucessivamente, por ato motivado.

Art. 65. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 66. O recurso não será conhecido quando interposto:

- I – de forma intempestiva, salvo comprovada justificativa;
- II - perante órgão incompetente;
- III - por quem não tenha legitimidade ou interesse em recorrer;
- IV - após esaurida a esfera administrativa.

§ 1º Na hipótese do inciso II, os autos do processo administrativo será remetido ao órgão ou autoridade competente.

§ 2º O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, podendo-se levar em consideração os argumentos veiculados no recurso, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 67. O órgão ou autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

Parágrafo único. Se o órgão ou autoridade administrativa com competência para julgar o recurso concluir pelo agravamento da situação do recorrente, deverá, antes do julgamento definitivo, notificá-lo para que formule alegações, sem prejuízo da adoção de medidas de eficácia imediata, nos casos de urgência e interesse público relevante.

Art. 68. A Administração poderá rever suas decisões, desde que apoiada em fatos novos ou desconhecidos à época do julgamento que guardem pertinência com o objeto da decisão:

I - de ofício, observado o disposto no art. 57 desta Lei;

II - por provocação do interessado, independentemente de prazo.

Art. 69. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de sanção eventualmente aplicada.

Parágrafo único. Admitir-se-á, todavia, a aplicação ou o agravamento de sanção em revisão administrativa, no prazo e nas condições previstas no art. 57 desta Lei, quando fundada a revisão em fatos ou circunstâncias desconhecidas pela Administração na época do julgamento.

Art. 70. Das decisões finais produzidas no âmbito das entidades da administração indireta caberá recurso administrativo, por motivo de ilegalidade, nas mesmas condições estabelecidas neste capítulo, para o titular da Secretaria Municipal à qual se vinculem.

§1º O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Secretário Municipal, a existência da repercussão geral.

§2º Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos do caso específico em exame.

§3º O recurso não será conhecido quando a questão jurídica nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos deste artigo.

§4º A decisão do recurso será precedida de manifestação Procuradoria Geral do Município.

§5º A decisão do recurso limitar-se-á à declaração da ilegalidade da decisão e, em sendo o caso, devolverá o processo à entidade de origem para prolação de nova decisão.

CAPÍTULO XVII

DOS PRAZOS

SEÇÃO I

DOS PRAZOS EM GERAL

Art. 71. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data.

§ 4º Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 72. Salvo previsão legal ou motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

SANCIONATÓRIO

Art. 73. Nenhuma sanção administrativa será aplicada à pessoa física ou jurídica pela administração, sem que lhe seja assegurada ampla e prévia defesa, em procedimento sancionatório.

Art. 74. Sem prejuízo das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas em legislação específica, para imposição e gradação de sanções administrativas, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências;

II - os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação violada;

III - a situação econômica do infrator.

Art. 75. São circunstâncias que sempre atenuam a penalidade:

I - o baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;

II - a reparação espontânea do dano, ou sua limitação significativa;

III - a comunicação prévia, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;

IV - a colaboração com os agentes encarregados da vigilância e da fiscalização da atividade.

Art. 76. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

I - reincidência nas infrações;

II - ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;

III - ter o infrator cometido a infração:

a) para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe;

b) coagindo outrem para a execução material da infração;

c) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;

d) causando danos à propriedade alheia;

e) à noite;

f) mediante fraude ou abuso de confiança;

g) mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização;

h) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.

Art. 77. Na aplicação de multas serão observadas as seguintes regras:

I - se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa não poderá ultrapassar um terço do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto;

II - se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, o valor da multa não poderá ultrapassar um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto.

Art. 78. Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Municipal, direta e indireta, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§2º Interrompe-se a prescrição:

I - pela notificação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;

III - pela decisão condenatória recorrível.

§3º Suspende-se a prescrição durante a vigência de termo de ajustamento de conduta, da suspensão condicional do processo (SUSPAD) ou outro instrumento congênere.

§4º A prescrição da ação punitiva não afeta a pretensão da administração de obter a reparação dos danos causados pelo infrator.

CAPÍTULO XIX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 79. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

Art. 80. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da

doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 81. A Administração Pública pode, na persecução de seus fins e nos limites do seu poder discricionário, celebrar quaisquer contratos, consórcios, convênios e acordos administrativos, inclusive pactos de subordinação com seus órgãos ou com administrados, salvo impedimento legal ou decorrente da natureza e das circunstâncias da relação jurídica envolvida, observados os princípios previstos no art. 2º desta Lei.

Art. 82. O Prefeito poderá editar enunciado vinculante, mediante decreto, para tornar obrigatória a aplicação de decisão judicial definitiva, cujo conteúdo seja extensível a situações similares, mediante solicitação, devidamente motivada, do Procurador Geral do Município.

§1º O enunciado vinculante poderá ser revisto pelo Prefeito, a qualquer tempo, mediante novo decreto, respeitados os direitos adquiridos.

§2º A edição, revisão ou revogação do enunciado vinculante previsto neste artigo dependerá de manifestação prévia da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 83. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 18 de Outubro de 2013.

Rodrigo Neves - Prefeito

(Proj. de Lei nº. 046/2013 - Autor: Mensagem Executiva nº. 009/2013)

Portarias

Considera nomeada, a contar de 01/10/13, **REBEKA PINTO DE FREITAS** para exercer o cargo de Chefe de Serviço de Administração e Apoio Operacional, FMS-6, do Departamento de Atenção à Saúde do Servidor, da Superintendência de Assistência ao Servidor, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Edmilson Alves da Silva (Portaria 2674/2013).

exonera, a pedido, **ANTONIO CARLOS DE SOUZA MAIA** do cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Defesa Civil (Portaria 2675/2013).

nomeia **WALACE MEDEIROS BARBOSA** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Defesa Civil, em vaga decorrente da exoneração de Antonio Carlos de Souza Maia, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria 2676/2013).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Atos do Secretário

Portarias

Lota Gelson Mauro da Fonseca, contínuo, nível 02, matrícula 228.429-7, na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, referente ao processo 040/8370/2013 (Portaria 380/2013).

Lota Alcino José Nunes, Motorista, nível 05, matrícula 218.042-7, na Secretaria Municipal de Administração, referente ao processo 180/1145/2013 (Portaria 381/2013).

Despachos do Secretário

Enquadramento de desempenho – Indeferido

20/3974/2013

20/4021/2013

20/3980/2013

20/3976/2013

Adicional – Deferido

20/3999/2013

20/3942/2013

20/3306/2013

Progressão Funcional – Deferido

20/1951/2013

Contagem da licença especial em dobro – Indeferido

20/3593/2013

Solicitação de pagamento – Indeferido

20/3503/2013

Auxílio gestação – Deferido

20/3939/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Despacho do Diretor

030/013252/13 – INTIMAÇÃO N.º 00308/13 – NOTIFICAÇÃO N.º 00602/13 – DILSON NEVES CHAGAS.

030/013257/13 – INTIMAÇÃO N.º 00309/13 – NOTIFICAÇÃO N.º 00599/13 – NELSON LEAL BASTOS FILHO.

030/013247/13 – INTIMAÇÃO N.º 00310/13 – NOTIFICAÇÃO N.º 00601/13 – MARCO ANTONIO CONDEIXA CAMPOS.

O CONTRIBUINTE RECUSOU-SE A RECEBER A INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O VIII PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NITERÓI (CMDCA NITERÓI) PARA A GESTÃO 2014-2016 E DIVULGAÇÃO DE CALENDÁRIO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Niterói) e o Fórum Popular Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Niterói (Fórum DCA Niterói), nos termos do inciso II do artigo 88 da Lei Federal nº 8069/90; dos artigos 5º e 9º da Lei Municipal nº 919/91; dos artigos 37 e 38 do Regimento Interno do CMDCA; do artigo 2º do Decreto nº 9071/03; dos artigos 5º e 6º do Regimento Interno do Fórum DCA e das Deliberações Nº16/2010 e Nº51/2011 do CMDCA Niterói; TORNAM PÚBLICA a seguinte alteração:

1. Os itens “DA COMISSÃO ELEITORAL” e “DO CALENDÁRIO”, do Edital de Convocação para o VIII Processo Eleitoral dos Conselheiros Não-Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Niterói (CMDCA Niterói) para a gestão 2014-2016, omitido do D.O. do dia 11 e publicado no dia 12 de outubro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“DA COMISSÃO ELEITORAL:

Art.5º- As (06) entidades a seguir compõem a Comissão Eleitoral: Movimento Pró-Criança, representada pela titular Luiza Maria Eulálio Perpétuo e suplente Maria de Fátima Ferreira Alfaia dos Reis; FENASE, representada pela titular Ana Maisano Ribeiro Wenceslau e suplente Eliane Marques Rezende; AFR, representada pela titular Nadi Las Casas Feichas e suplente Rita de Cassia dos Santos; INTERGLOBAL, representada pelo titular Mario de Mello Silva e suplente Rosely Gonçalves Caldas; Associação Pestalozzi de Niterói, representada pela titular Cristiane de Oliveira Ribeiro e suplente Cristiane Manso B. Bottino; e Grupo Pela Vida de Niterói, representada pelo titular Inácio Galdino Queiroz e suplente Jaci Carioca Sampaio.

Parágrafo Único: As entidades que compõem a Comissão Eleitoral exercem seu direito ao voto, mas não poderão indicar candidatos.”

"DO CALENDÁRIO:

30/09- Assembléia Geral Ordinária do Fórum Popular Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente de Niterói (Fórum DCA Niterói) para eleição da Comissão Eleitoral e elaboração de proposta para o Edital e calendário para o VIII Processo Eleitoral dos conselheiros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Niterói (CMDCA Niterói) para a Gestão 2014-2016;

03/10- Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói – Divulgação da Comissão Eleitoral eleita pelo Fórum DCA Niterói e Aprovação do Edital e Calendário proposto pelo Fórum DCA Niterói;

11/10 - Prazo final para publicação do Edital pelo CMDCA;

11/10 - Início da divulgação do VIII Processo Eleitoral para todas as entidades registradas no CMDCA e envio de comunicado ao Ministério Público e Procuradoria Geral do Município de Niterói para acompanhamento e fiscalização do VIII Processo Eleitoral dos membros não governamentais do CMDCA Niterói para a Gestão 2014-2016;

21/10- Data limite para atualização de registros de entidades que queiram participar do VIII Processo Eleitoral dos conselheiros não governamentais do CMDCA Niterói para a Gestão 2014-2016;

31/10- Assembléia Geral do Fórum DCA – Debate com entidades eleitoras e pré-candidatas sobre propostas da representação não-governamental para a gestão 2014-2016 do CMDCA Niterói (no horário 09h00min até 12h: 30min no Auditório da Fundação Municipal de Educação, Rua Visconde de Uruguai, nº 414, Praça São João - Centro).

07/11- Assembleia Ordinária do CMDCA Niterói - data limite para **aprovação em plenária** de registros novos e inscrição de programas de entidades que queiram concorrer como candidatas e eleitoras para o VIII Processo Eleitoral dos conselheiros não governamentais do CMDCA Niterói para a Gestão 2014-2016;

11/11 a 14/11 - Período de inscrição de entidades candidatas e eleitoras na sede do CMDCA Niterói na Av. Amaral Peixoto, 116 – 4º andar Centro no horário de 10:00h até 16:00h;

18/11 - Anúncio das entidades candidatas pelo CMDCA Niterói;

18/11 a 20/11- Período para impugnações e recursos;

21/11- Deferimento para recursos e impugnações pela Comissão Eleitoral com anúncio final das entidades candidatas;

25/11- Assembleia Ordinária do Fórum DCA Niterói para Eleição dos membros não-governamentais na sede do CMDCA Niterói – Av. Amaral Peixoto,116-andar Centro (horário de 9:30min até 14:30min);

28/11- Prazo final para decisão de recursos pela Comissão Eleitoral;

5/12 - Assembleia ordinária do CMDCA - leitura da ata e divulgação de resultado da eleição e envio de ofício convocando os representantes governamentais com assento no CMDCA Niterói para publicação conjunta;

13/12- Prazo final para Publicação do resultado da eleição pelo CMDCA Niterói;

16/12 - Assembleia Geral Ordinária do Fórum DCA Niterói – Apresentação das entidades eleitas e apresentação de propostas da representação não-governamental no CMDCA Niterói na gestão 2014-2016;

02/01/2014 - Posse em conjunto com conselheiros governamentais na primeira assembléia ordinária do CMDCA no ano de 2014."

Processo Seletivo de Contrato Temporário da SASDH, Edital nº 01/2013
Análise de Recursos

| | |
|----------------------------------|------------|
| MARIA LAURA DA SILVA SANTOS | INDEFERIDO |
| ANDRÉ LUIZ MENDES JUNIOR | INDEFERIDO |
| PRISCILA SPITZ DA CRUZ | INDEFERIDO |
| RENATA SILVA DE OLIVEIRA | INDEFERIDO |
| ELIANE AZEVEDO SILVA | INDEFERIDO |
| FERNANDA F. QUINELLATO | INDEFERIDO |
| LEONELLA LIMA SANCHES | INDEFERIDO |
| VERÔNICA SABRINA ALVES DA SILVA | INDEFERIDO |
| CARLOS EUGÊNIO DA GAMA E SOUZA | INDEFERIDO |
| JEORGEA REINE LEBRE RESENDE | INDEFERIDO |
| ELIANA BRUNO RABELO | INDEFERIDO |
| MAILLY PEREIRA DOS SANTOS | INDEFERIDO |
| DOUGLAS DOS REIS | INDEFERIDO |
| AMÉLIA SPATA MEDEIROS | INDEFERIDO |
| PALOMA MARINS DA COSTA | INDEFERIDO |
| VINÍCIUS BRAGA DE MENEZES | INDEFERIDO |
| ALESSANDRO CASTRO | INDEFERIDO |
| MONICA DE LIMA NEVES | INDEFERIDO |
| PAULO ROBERTO PINHEIRO FELIZARDO | INDEFERIDO |
| BRUNO LEONARDO A. DOS SANTOS | INDEFERIDO |
| SOLANGE PEREIRA RAMOS | INDEFERIDO |
| RODRIGO MONTEIRO PEREIRA | DEFERIDO |
| NINA BARI | DEFERIDO |
| NEIDE PEREIRA BITENCOURT | DEFERIDO |
| LUCIANA IGNÁCIO NIETO | DEFERIDO |
| ROSANE SILVA ARAÚJO | DEFERIDO |
| CLAUDIA CARVALHO ENNES | DEFERIDO |
| JANINE GOMES DOS SANTOS VIANNA | DEFERIDO |
| CAMILA AGUIAR FERES | DEFERIDO |
| JOHN RUDEGA ROCHA | DEFERIDO |
| NATHALIA BATISTA FONSECA | DEFERIDO |
| MARIA HOSANA GOMES DA SILVA | DEFERIDO |
| ELIANE MARIA CARNEIRO PARENTE | DEFERIDO |

ORIENTAÇÕES GERAIS

Os candidatos APROVADOS nos cargos de ASSISTENTE SOCIAL, CONSELHEIRO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, PSICÓLOGO, SUPERVISOR DE CAMPO E TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR deverão se apresentar na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 116, 4º andar, nos dias 21 ou 22 de outubro de 2013, das 09:00 às 12:00 horas, para procedimentos administrativos.

Os candidatos APROVADOS nos cargos de EDUCADOR SOCIAL, ENTREVISTADOR, AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DIGITADOR deverão se apresentar na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 116, 4º andar, nos dias 21 ou 22 de outubro de 2013, das 14:00 às 17:00 horas, para procedimentos administrativos.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (CONSELHEIRO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA) | NOTAS |
|---------------------|---|-------|
| APROVADO | | |
| 1 | ROBERTO WILLIE MILLER TAVARES | 79 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 2 | MARILENE CORREA MACHADO ABRANTES DOS SANTOS | 65 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (ENTREVISTADOR) | NOTAS |
|---------------------|------------------------------------|-------|
| APROVADOS | | |
| 1 | ANDRE MOREIRA DE ARAUJO | 92 |
| 2 | GEIZA MACHADO DE FREITAS | 82 |
| 3 | CAMILA DIAS DA SILVA | 81 |
| 4 | LUANA ASSIS CAVALCANTI | 81 |
| 5 | RUTE NETO BRAGA | 76 |
| 6 | SIMONE DA SILVA PEREIRA | 74 |
| 7 | JÔNATAS DE SOUSA LIMA | 65 |
| 8 | LEONARDO DAVID DE OLIVEIRA QUINTES | 58 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 9 | GISELE CORREA CAPELLA | 57 |
| 10 | ELISABETH PEREIRA DA COSTA | 57 |
| 11 | SAMARA CRISTINE BRAGA CAMPOS | 46 |
| 12 | ELI DA COSTA FAGUNDES PINTO | 43 |
| 13 | SIMONE DA COSTA GOMES | 36 |
| 14 | LIDIA BEATRIZ DA SILVA CONCEIÇÃO | 24 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (ASSISTENTE SOCIAL) | NOTA |
|---------------------|--------------------------------------|------|
| APROVADOS | | |
| 1 | KATIUSCIA MARIA NOVAES FIGUEIRA | 102 |
| 2 | DANIELE MARTINS DE ARAUJO | 100 |
| 3 | JOSELI SANTOS DA COSTA | 100 |
| 4 | JULIANA DAL-BELLO DE SOUSA LIMA | 100 |
| 5 | JOANE CRISTINA AMARAL BRITO | 99 |
| 6 | KAMILA DELFINO SANTOS CORGOZINHO | 99 |
| 7 | GUACIARA PIO DE SÁ FREIRE | 98 |
| 8 | LIZ MARY GOMES DA SILVA | 98 |
| 9 | VIVIANE GRACIO LACERDA | 97 |
| 10 | MARIA CARLA PEREIRA MARINELLI | 96 |
| 11 | VANDERLEI CARDOSO DA ROCHA | 95 |
| 12 | SUZANE GOMES DA COSTA | 94 |
| 13 | ANA CAROLINA PEDREIRA DE SÁ | 93 |
| 14 | GILCELENE BRAGA FERNANDES | 93 |
| 15 | TATIANA BENTO DOS SANTOS | 93 |
| 16 | CLAUDIA CARVALHO ENNES | 93 |
| 17 | THAIS COUTO CIDADE | 93 |
| 18 | CAROLINE ABI-RAMIA SIMÃO DE OLIVEIRA | 92 |
| 19 | CLENI ELIZABETH PREISSLER | 92 |
| 20 | MARILÉA FERREIRA AZEVEDO | 92 |
| 21 | NEIDE PEREIRA BITTENCOURT | 92 |
| 22 | MARIA REGINA ARRUDA DA SILVA | 91 |
| 23 | JANINE GOMES DOS SANTOS VIANNA | 91 |
| 24 | GRACIENE DE SOUZA ROCHA CUNHA | 90 |
| 25 | MARIA STELA DE FREITAS BOREL | 90 |
| 26 | TATIANA SOARES MENDES | 90 |
| 27 | PRISCILA AZEREDO PINHEIRO | 89 |
| 28 | BERNADETE FAUSTINO | 89 |
| 29 | VANELLI DE CALDAS MARINHO | 89 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 30 | RAFAELA CARVALHO MARRON | 89 |
| 31 | RODRIGO DE OLIVEIRA PAES | 89 |

| | | |
|----|---|----|
| 32 | INGRID ADAME MOREIRA | 89 |
| 33 | ANA CAROLINA FULCHI HESPANHOL | 88 |
| 34 | ANA MARIA MARZULLO NEVES | 88 |
| 35 | SUELI DE OLIVEIRA FERNANDES | 88 |
| 36 | AMANDA GOUVÊA DE CARVALHO | 87 |
| 37 | ANA ANGELICA ALVES RODRIGUES | 86 |
| 38 | ELEN RIBEIRO SAYÃO BEU | 86 |
| 39 | AMARILES DE MOURA | 85 |
| 40 | FERNANDA FERREIRA QUINELLATO | 85 |
| 41 | ÉDEN FELIPE BRITO SENA | 84 |
| 42 | ELIANE AZEVEDO SILVA | 84 |
| 43 | MUNIQUE ARLENE FERREIRA DUARTE | 84 |
| 44 | NILDIMAR RIBEIRO TEIXEIRA MOREIRA | 84 |
| 45 | PATRICIA CRISTINA DAMIANA VIEIRA DA SILVA | 84 |
| 46 | GABRIELA RIBEIRO DO NASCIMENTO | 83 |
| 47 | JOSIANE PEÇANHA DOS SANTOS | 83 |
| 48 | ALICE GALLEZ DE OLIVEIRA | 82 |
| 49 | ANA LUISA DOS SANTOS GOULART | 82 |
| 50 | BEATRIZ DOS SANTOS | 82 |
| 51 | CAMILLA ALVES DE AZEVEDO | 82 |
| 52 | CARLA SOUZA DA SILVA | 82 |
| 53 | ELISA MARIA DE FREITAS NASCIMENTO | 82 |
| 54 | ERIKA RIBEIRO BATISTA | 82 |
| 55 | JOICE MOURA LIONEZA | 82 |
| 56 | SIMONE DE SOUZA GOMES EDUARDO | 82 |
| 57 | LUCIANA IGNACIO NIETO | 81 |
| 58 | CRISTINA BATISTA DA CONCEIÇÃO RIO BRANCO | 81 |
| 59 | HUDILA MONICO DA FONSECA | 81 |
| 60 | JULIANA MARA DA SILVA | 81 |
| 61 | LUCIANA CORREIA DA SILVA | 81 |
| 62 | TAIANE ALECRIM MATTOS | 81 |
| 63 | ALEXANDRA MARIA DE ALMEIDA | 80 |
| 64 | ANA CELIA CHAGAS THOMAZ | 80 |
| 65 | LÉA JESUS SILVA | 80 |
| 66 | LUCIANA AMARANTE REIS ROMEIRO | 80 |
| 67 | ALINE BITTENCOURT DA SILVA | 79 |
| 68 | CAMILA MESSAS SIQUEIRA ALVES | 79 |
| 69 | CELIA REGINA BELEM DE GOUVEA | 79 |
| 70 | ELAINE IVAN DE MORAES | 79 |
| 71 | INGRID MORENA DE LIMA FREIRE | 79 |
| 72 | MIRIÃ BREVES VARELLA | 79 |
| 73 | REGINA DE LIMA SIMÕES | 79 |
| 74 | SHEYLLA VIEIRA PEREIRA | 79 |
| 75 | SUZANA DE LEMOS FERREIRA | 79 |
| 76 | VALERIA OLIVEIRA DE CARVALHO | 79 |
| 77 | ROSANE SILVA ARAUJO | 79 |
| 78 | BARBARA ROCHA FERREIRA | 78 |
| 79 | BIANCA RESENDE DA SILVA | 78 |
| 80 | CINTIA MARIA MENDONÇA DE SOUZA | 78 |
| 81 | JEFFERSON BRUNO CORONA | 78 |
| 82 | JÚLIA MACHADO SANTOS | 78 |
| 83 | LIVIA GOMES CURI | 78 |
| 84 | RENATA CANTANHEDE BARBOSA | 78 |
| 85 | ANDREA LOPES CORREA | 77 |
| 86 | CLAUDIA MARIA RIBEIRO | 77 |
| 87 | CRISTIANE RIBEIRO DE ALMEIDA | 77 |
| 88 | DANIELY LIMA SAMPAIO RAMOS | 77 |
| 89 | KEIZA DA CONCEIÇÃO NUNES | 77 |
| 90 | LEONARDO ALVES GUIMARÃES | 77 |
| 91 | VALQUIRIA FERREIRA DOS SANTOS MIRANDA | 77 |
| 92 | ALINE CRISTINE DE SOUSA OTONI | 76 |
| 93 | BRUNA RAPHAELLA BENEVIDES TEIXEIRA | 76 |
| 94 | DAYANA MILLER DA SILVA | 76 |
| 95 | GRACIENE CORREA MENDES COUTINHO | 76 |
| 96 | LEIDIANE PEREIRA DO NASCIMENTO | 76 |
| 97 | MUNIQUE LOPES RAMOS | 76 |

| | | |
|-----|---|----|
| 98 | SOLANGE DE SOUZA FREJÓ | 76 |
| 99 | VANESSA LUZ VASCONCELLOS | 76 |
| 100 | ADALGISA DE OLIVEIRA SILVA DIAS | 75 |
| 101 | ELIANE DIAS BRAGA DE ALMEIDA | 75 |
| 102 | JANINY PEREIRA SANTOS | 75 |
| 103 | ROGERIO DO NASCIMENTO SILVA | 75 |
| 104 | FABÍOLA ADELIA DE MEDEIROS DA ROSA | 74 |
| 105 | GERMANA DE SOUZA ALVES FONSECA DE PAULA | 74 |
| 106 | IRENE GUILHERME BASTOS | 74 |
| 107 | KELLY DE SOUSA BARBOSA VENANCIO | 74 |
| 108 | MARCELLE DA SILVA POLICARPO | 74 |
| 109 | PRISCILA ANTUNES DE CASTRO | 74 |
| 110 | SHEILA MACEDO DA CRUZ | 74 |
| 111 | SUELLEM LOPES DE ARAÚJO | 74 |
| 112 | TATIANA DOS SANTOS SILVA MARIANNO | 74 |
| 113 | VANESSA LUIZE MACHADO CECCATO | 74 |
| 114 | GABIA MARIA DE AZEVEDO FURTADO | 73 |
| 115 | LÍVIA DA SILVA SANTOS | 73 |
| 116 | PAULA MARIA DA COSTA RANGEL | 73 |
| 117 | RITA DE CASSIA DE SOUZA SAVELLI | 73 |
| 118 | WÂNIA BORGES NEPOMUCENO | 73 |
| 119 | ALZIRA CARNEIRO PINTO TEIXEIRA | 72 |
| 120 | ANNA PAULA DE ALMEIDA SILVA | 72 |
| 121 | DÉBORA CRISTINA BAHIA FORTES | 72 |
| 122 | GISELE DA SILVA FERREIRA | 72 |
| 123 | LEONELLA LIMA SANCHES | 72 |
| 124 | MARCIA REGINA DA SILVA | 72 |
| 125 | CARLA ALVES WIRZ | 71 |
| 126 | DANIELE RODRIGUES ROSA | 71 |
| 127 | DÉSIRÉE DRUMOND DO NASCIMENTO DINIZ | 71 |
| 128 | GLAUCIA SILVA MARINS DA SOLEDADE | 71 |
| 129 | ISIS DE SOUZA MARTINS | 71 |
| 130 | JULIANA COUTO ARÊAS | 71 |
| 131 | LIDIA DA SILVA COSTA | 71 |
| 132 | LYVIA DA SILVA NORONHA | 71 |
| 133 | PAULA FERRAZ DUARTE FELICIANO | 71 |
| 134 | RAFAELA STELLET FERNANDES | 71 |
| 135 | VANESSA GRAZIELE DE MORAES MACHADO | 71 |
| 136 | ANTONIO CARLOS TAVARES GUIMARÃES | 70 |
| 137 | BARBARA MARIA FERREIRA | 70 |
| 138 | BEATRIZ JACYRA GOMES BAPTISTA | 70 |
| 139 | CRISTIELLE ROSA DE SOUZA | 70 |
| 140 | DIVA DO SOCORRO ALVES FLEXA | 70 |
| 141 | LEANDRO MARTINS COTA BUSQUET | 70 |
| 142 | LIDIANE SOARES DE SOUZA FIGUEIREDO | 70 |
| 143 | VANIA LUCIA SANTOS DA SILVA | 70 |
| 144 | CAROLINE VIEIRA SANTOS | 69 |
| 145 | LIGIA SOARES DE ARAUJO | 69 |
| 146 | LILIANA RODRIGUES BARBOSA | 69 |
| 147 | MARIA GABRIELA FERREIRA DA SILVA | 69 |
| 148 | MICHELLE DE OLIVEIRA GONÇALVES CINELLI | 69 |
| 149 | MIRIAM PINHEIRO DE SANTANA | 69 |
| 150 | RODRIGO DE SOUZA E SILVA | 69 |
| 151 | SIMONE DA SILVA FERREIRA | 69 |
| 152 | ANDREA NASCIMENTO DA SILVA | 68 |
| 153 | CASSIA REGINA SOUZA | 68 |
| 154 | CRISTIANE DE BARROS PEREIRA | 68 |
| 155 | DEBORA IMENES CORTES VIVEIROS | 68 |
| 156 | ISYS TABATHA DA SILVA XAVIER | 68 |
| 157 | MÁRCIA APARECIDA DA SILVA ROSA | 68 |
| 158 | MARCIA BERNARDO DE SOUZA | 68 |
| 159 | THAIS QUARESMA DE PAIVA BIZZO NETTO | 68 |
| 160 | NEUZA DA SILVA PINTO | 67 |
| 161 | PALOMA GALDINO DA COSTA | 67 |
| 162 | ALDA MARIA SALVADOR DE SOUZA OLIVEIRA | 66 |
| 163 | GLEICY DO ESPIRITO SANTO SILVA | 66 |

| | | |
|-----|--------------------------------------|----|
| 164 | PAULA DA SILVA FERNANDES | 66 |
| 165 | AMANDA SODERO LEMOS | 65 |
| 166 | FELICIANA DA SILVA | 65 |
| 167 | LETICIA RIBEIRO SOARES | 65 |
| 168 | LUCIANE DA SILVA CARDOSO | 65 |
| 169 | LUCINERI FIGUEIREDO DA MOTTA | 65 |
| 170 | ANDREA RAMOS COUTINHO DE SOUZA | 64 |
| 171 | ANY HALINE FRANCA E SILVA | 64 |
| 172 | EMILIA DE FÁTIMA MITEROFE GONÇALVES | 64 |
| 173 | LUANDA BOMFIM GUERRA | 64 |
| 174 | RAFAEL GUSMÃO | 64 |
| 175 | SABRINA DA SILVA SOUZA | 64 |
| 176 | SABRINA SOUZA DA SILVA GONÇALVES | 64 |
| 177 | BARBARA GONZALES CAMPELO | 63 |
| 178 | JOSIANE PEREIRA | 63 |
| 179 | JULIANA POVOAS PEREIRA TOFFANO | 63 |
| 180 | MAISA DE OLIVEIRA SANTOS | 63 |
| 181 | MARIA EDILMA GOMES MONTEIRO MELO | 63 |
| 182 | FRANCISCO MONTEIRO | 62 |
| 183 | LUIZ EDUARDO CACAVALLE | 62 |
| 184 | MÔNICA MARIA DA SILVA BAIENSE | 62 |
| 185 | SUELLEN CRISTINE MARQUES DA SILVA | 62 |
| 186 | VANIA DA SILVA | 62 |
| 187 | ANA LÚCIA SANTOS DE MENDONÇA ANDRADE | 61 |
| 188 | DÉBORA SOUZA DE MATTOS | 61 |
| 189 | ELISABETH DE LIMA MOREIRA | 61 |
| 190 | LAURA HELENA SILVA DE ALMEIDA | 61 |
| 191 | ANA LIDIA FIUZA DA SILVA AVILLA | 60 |
| 192 | JEANINE SEVERINO DE SOUZA | 60 |
| 193 | JOYCE DO NASCIMENTO RODRIGUES | 60 |
| 194 | MONICA SANTOS VEIGA | 60 |
| 195 | SANDRA CORREA DE ALMEIDA | 60 |
| 196 | SHIRLEI ANACLETO COSTA | 60 |
| 197 | CAROLINE DE SOUZA DA SILVA | 59 |
| 198 | CHRISTIANE ROCHA MENEZES | 59 |
| 199 | DRYELLE LAINO CRUZ DE ALMEIDA | 59 |
| 200 | ELISANGELA DOS SANTOS BAPTISTA | 59 |
| 201 | LUANA DE JESUS SILVA DO NASCIMENTO | 59 |
| 202 | PAULA CRISTINA SABINA BORGES | 59 |
| 203 | SELMA FELIX DE OLIVEIRA RODRIGUES | 59 |
| 204 | TATHIANE CESAR DOS SANTOS | 59 |
| 205 | DAYANA RODRIGUES DE PAULA | 58 |
| 206 | JULIA DE ANDRADE RANGEL DE FREITAS | 58 |
| 207 | ANGELA MARIA MONTEIRO DE SÁ | 57 |
| 208 | DEBORA MACHADO CAMPOS | 57 |
| 209 | GRACILEIDE PEREIRA MOTA DA CRUZ | 57 |
| 210 | MAGDA COSTA BARRETO | 57 |
| 211 | PABLA WALESKA PORTO MAIA | 57 |
| 212 | ROSANE DA SILVA OLIVEIRA SANTOS | 57 |
| 213 | THÁIS SILVA DA COSTA | 57 |
| 214 | ANA PAULA DE SOUZA MARRA | 56 |
| 215 | EUNICE DA CUNHA TELES | 56 |
| 216 | GEAN FABIANI FREITAS ALMEIDA | 56 |
| 217 | LEILA LEAL DE MELO | 56 |
| 218 | NATHALIE GOMES DE MELLO | 56 |
| 219 | PATRICIA AMARAL BARROS | 56 |
| 220 | RENATA INÊS FARIA TOLEDO DAS DORES | 56 |
| 221 | RENATA SILVA DE OLIVEIRA | 56 |
| 222 | VANESSA MADEIRA CAMPOS | 56 |
| 223 | VIVIANE FERREIRA DA SILVA | 56 |
| 224 | KARLLA DA COSTA OLIVEIRA | 55 |
| 225 | LUCIANA RANGEL ROSA | 55 |
| 226 | MAÍRA BASTOS NASCIMENTO | 55 |
| 227 | MICHELLE JERONIMO DA COSTA | 55 |
| 228 | THAIANA DE OLIVEIRA RIBEIRO | 55 |
| 229 | FABIANA MARIA SOUZA SOBRAL | 54 |

| | | |
|-----|--|----|
| 230 | SIMONE MARIA DA CONCEIÇÃO | 54 |
| 231 | ALESSANDRA CARLA DE BRITO SOUZA | 53 |
| 232 | DIANA DA SILVA MARQUES | 53 |
| 233 | GISELE FONSECA DOS SANTOS | 53 |
| 234 | JEANNE MARIA DIAS ROSA TORRES | 53 |
| 235 | MARCELA SANTOS PAULA | 53 |
| 236 | PALMIRA CONCEIÇÃO DOS SANTOS | 53 |
| 237 | ELLEN ALVES NUNES | 51 |
| 238 | PAMELA FANHA DE OLIVEIRA | 51 |
| 239 | VIVIAN FREITAS DE MELLO | 51 |
| 240 | ANA CLAUDIA GOMES DA SILVA | 50 |
| 241 | BELMIRA FELIX DE OLIVEIRA | 50 |
| 242 | FABIANE DE CAMPOS LOPES | 50 |
| 243 | NAYANA LANGKAMMER GUIMARÃES | 50 |
| 244 | TANIA MARIA CANTREVA RANGEL | 50 |
| 245 | ANA MARCIA SILVA DE OLIVEIRA | 49 |
| 246 | ANDREA GOMES RODRIGUES RAPOSO | 49 |
| 247 | CAMILA DO CARMO CUNHA | 49 |
| 248 | JORGE CAVALCANTE DA SILVA | 49 |
| 249 | THAMIRIS GRANERO AREIAS | 49 |
| 250 | LETÍCIA DO ESPIRITO SANTO PEREIRA DA SILVA | 48 |
| 251 | CRISTIANE DA SILVA SOUZA | 47 |
| 252 | PRISCILA DA SILVEIRA MEDEIROS | 47 |
| 253 | CAROLINA GOMES DE NAZARETH | 46 |
| 254 | GRAZIELLE PENHA DA SILVA DE ANDRADE | 46 |
| 255 | LOURDES FERREIRA MENEZES | 46 |
| 256 | SOLANGE DIAS DE ARAÚJO ALVES | 46 |
| 257 | LIS DE AZEVEDO BORGES PINTO | 45 |
| 258 | LUCIANA FREITAS DE MENDONÇA | 45 |
| 259 | NATÁLIA GOMES LEITE | 44 |
| 260 | CARLA ALESSANDRA RIBEIRO CATARINO | 43 |
| 261 | JOSEMARE DE FATIMA MOREIRA FONSECA | 43 |
| 262 | SULIMAR FERRAZ MINELI | 43 |
| 263 | RAPHAELLA CARVALHO CUNHA DE SOUZA | 42 |
| 264 | ROSIANE GOMES PEREIRA DO NASCIMENTO | 42 |
| 265 | ANDREIA MARIA GONÇALVES | 41 |
| 266 | LÍVIA RODRIGUES SCOTELARO | 41 |
| 267 | PRISCILA DA SILVA LIMA | 41 |
| 268 | VIVIANE CAMPOS DA SILVA | 41 |
| 269 | DAYANE MACHADO DA COSTA | 40 |
| 270 | REGINA CÉLIA LOMBAS DE SOUZA | 39 |
| 271 | VANILDA ALVES RANGEL | 39 |
| 272 | FERNANDA DA SILVA PACHECO MEIRELES | 38 |
| 273 | ANDREIA DA SILVA OLIVEIRA | 36 |
| 274 | LAIS MOURA OLIVEIRA DIAS | 36 |
| 275 | ALLANA FELIX DE FREITAS | 32 |
| 276 | MARIA HELENA DE SOUSA CHAVES CLOVIS | 32 |
| 277 | CLAUDIA MARIA DE OLIVEIRA | 29 |
| 278 | TATIANA SAMPAIO DO NASCIMENTO | 28 |
| 279 | KARLA DE FIGUEIREDO SILVA | 5 |
| 280 | JOÃO HENRIQUE DE SOUZA COSTA SOARES | 0 |
| 281 | VALERIA OLIVEIRA VENTURA | 0 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (AUXILIAR ADMINISTRATIVO) | NOTA |
|---------------------|--------------------------------------|------|
| APROVADOS | | |
| 1 | WALDIR JOSÉ CAMARA FILHO | 94 |
| 2 | JULIANA CALHEIROS SILVA | 86 |
| 3 | GUSTAVO DE OLIVEIRA CARVALHO | 84 |
| 4 | BERNARDO COSTA DA SILVA | 82 |
| 5 | ANDREY DE MIRANDA ESPOSITO | 81 |
| 6 | MARCIA BARCELOS DE SOUZA | 81 |
| 7 | LUANA FONSECA CARLUCCIO | 81 |
| 8 | EDINEIA DE SOUZA RAMOS GOMES | 81 |
| 9 | NILÇA MARIA DA SILVA GRIECO | 81 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 10 | CAMILA AGUIAR FERES | 81 |

| | | |
|----|--|----|
| 11 | YARA ALESSANDRA FONSECA MENDES GOMES | 80 |
| 12 | MAILLY PEREIRA SANTOS | 80 |
| 13 | DANIELLE ANDREZA LOUREIRO | 80 |
| 14 | DANIELLE DE OLIVEIRA RAMOS | 80 |
| 15 | HELENA PESSOA DA SILVA | 80 |
| 16 | JÉSSICA ALVES GUIMARÃES | 80 |
| 17 | JOSE LOURENÇO DOS SANTOS | 80 |
| 18 | MARCELA MACHADO | 80 |
| 19 | MARIA ESTELA DE OLIVEIRA SOUZA RODRIGUES | 80 |
| 20 | THAISE LOURENÇO MOREIRA RODRIGUES PRAXEDES | 80 |
| 21 | JEÓRGEA RÊINE LEBRE REZENDE | 79 |
| 22 | ANDREIA RAMOS DE ALMEIDA | 78 |
| 23 | JOÃO HENRIQUE DE SOUZA COSTA SOARES | 78 |
| 24 | DÉBORAH REGINA SOARES BARROSO | 77 |
| 25 | NIELSEN FERREIRA GOMES DA SILVA | 77 |
| 26 | CAMILA MENEGUSSI DALVI | 76 |
| 27 | SANDRA TAVARES ROCHA | 76 |
| 28 | MARIA ISADORA MAIA DE SIQUEIRA | 75 |
| 29 | RAPHAEL UKS DE OLIVEIRA | 75 |
| 30 | RENATA LOPES DAVID | 75 |
| 31 | ANDREZA DE JESUS SILVA GOMES | 74 |
| 32 | ROSANE ELEUTERIO DA SILVA DOS SANTOS | 74 |
| 33 | WALLACE RIBEIRO DE ANDRADE | 74 |
| 34 | ANA CLAUDIA VIEIRA DOS SANTOS | 72 |
| 35 | DANIELLE CALDEIRA BEZERRA | 72 |
| 36 | AGDA ALVES DO SANTO | 71 |
| 37 | EVELYN GUSMÃO DE JESUS | 71 |
| 38 | KARIN DE CAMPOS GOES VIEIRA | 71 |
| 39 | NATALIA BEZERRA DA SILVA DIAS | 71 |
| 40 | VERÔNICA SABRINA ALVES DA SILVA | 70 |
| 41 | AMANDA SILVEIRA DE ALMEIDA | 69 |
| 42 | CIBELY ARAUJO FELIX DE SOUZA | 69 |
| 43 | RAQUEL DOS SANTOS CARDOSO | 69 |
| 44 | SILMARA FRANCISCA DE PAULA | 69 |
| 45 | PATRICIA MARQUES FONSECA | 68 |
| 46 | PATRÍCIA SOARES MENDES DE SOUZA | 68 |
| 47 | TATIANA DE ALMEIDA LEAL | 68 |
| 48 | ROGÉRIA MARINELLI TORREIRO GUERREIRO | 67 |
| 49 | ALINE CAMPOS NUNES | 66 |
| 50 | THALES AMORIM BARBOSA | 66 |
| 51 | YAGO ALVES BECKMANN | 66 |
| 52 | ELIÁDNA BENTA DA SILVA | 65 |
| 53 | ANALIA BAIA DE MENDONÇA | 64 |
| 54 | CAROLINE DA MOTA SILVA | 64 |
| 55 | LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SOARES | 64 |
| 56 | MARIA IVANILDE MELO DE SOUSA | 64 |
| 57 | DAIANE CARVALHO DA SILVA | 63 |
| 58 | ROSANE MARQUES FELIX | 63 |
| 59 | BRUNO DA SILVA COSTA | 62 |
| 60 | ERICA MACHADO DA SILVA | 61 |
| 61 | MARIA AUXILIADORA MELLO QUEIROZ | 61 |
| 62 | JAQUELINE HALLER SILVA DE OLIVEIRA | 60 |
| 63 | JÉSSICA DIAS DA SILVA | 60 |
| 64 | VIVIANE JARDIM DOS SANTOS PAIVA | 58 |
| 65 | ZIZILDA DOS SANTOS TORRES ABREU | 57 |
| 66 | GUSTAVO BASTOS WERNECK MENDES | 56 |
| 67 | MARIANA MARTINS LATSCH CHEREM | 56 |
| 68 | TANIA FURTADO MARINHO | 55 |
| 69 | VINICIUS DE SOUZA BARCHILON | 55 |
| 70 | ENEDINA MACHADO MESQUITA | 54 |
| 71 | LUIZ CLAUDIO PEREIRA | 54 |
| 72 | ELIANA BRUNO RABELO | 53 |
| 73 | RAFAEL DE OLIVEIRA | 53 |
| 74 | ALINE DA SILVA PASSOS | 52 |
| 75 | MARLON DE CASTRO JESUS | 52 |
| 76 | KYMBERLLYN DA CONCEIÇÃO ROSADO FERREIRA | 51 |

| | | |
|----|---------------------------------------|----|
| 77 | MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA QUINTES | 51 |
| 78 | NAÍSA GABRIELE BELARMINO DA SILVA | 51 |
| 79 | MARZILENE MONTEIRO | 50 |
| 80 | ROSANGELA GONÇALVES CALEIA | 50 |
| 81 | ALZIANE DA SILVA MARINA | 47 |
| 82 | JULIANA DE JESUS SILVA | 45 |
| 83 | DENISE CAMPOS DA SILVA SOARES | 40 |
| 84 | ADRIANO TEIXEIRA ALVES | 39 |
| 85 | THÁIS FERREIRA DE ABREU | 38 |
| 86 | PEDRO LEITE DE GÓES | 37 |
| 87 | BEATRIZ MENDONÇA PEIXOTO ASSIS | 35 |
| 88 | MARCIA REGINA SOARES BARROSO | 35 |
| 89 | RAFAELA MENDONÇA PEIXOTO ASSIS | 33 |
| 90 | ARIANA SOUZA DA CRUZ | 31 |
| 91 | VANESSA SANTOS DA CUNHA | 29 |
| 92 | VANILDA SANTANA VIEIRA | 29 |
| 93 | PRISCILLA ALMEIDA CARVALHO | 27 |
| 94 | CARLOS EUGENIO MENDES DA GAMA E ABREU | 23 |
| 95 | ANA PAULA PINTO DA SILVA MOURA | 13 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (DIGITADOR) | NOTAS |
|---------------------|---|-------|
| APROVADOS | | |
| 1 | LUIZ CLAUDIO DIAS DA SILVA | 85 |
| 2 | JOHN RUDEGA ROCHA | 84 |
| 3 | ANDREA SODRE CORREA | 84 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 4 | RICARDO JOSE ALVARES DA COSTA | 82 |
| 5 | CLÉA BARROSO PEREIRA | 80 |
| 6 | THIAGO MACHADO CARDOSO DA SILVA | 80 |
| 7 | DARLANY CONCEIÇÃO DOS SANTOS DA SILVA | 79 |
| 8 | DOUGLAS DOS REIS GOMES CONCEIÇÃO | 79 |
| 9 | NATHALIA BATISTA FONSECA | 77 |
| 10 | JULIANA IOCKEN FERREIRA DA SILVA | 79 |
| 11 | HELENA ALICE VAZ PINTO LOPES | 74 |
| 12 | VICTOR HUGO ERBAS DA SILVA | 73 |
| 13 | FELIPE DE CASTILHO BARBOSA FORTUNATO | 72 |
| 14 | THAIRINE RIBEIRO CRESPO | 68 |
| 15 | FABIENE FERNANDES SCHUSSLER DE OLIVEIRA | 67 |
| 16 | MARLUCIA DE SOUZA | 55 |
| 17 | RAFAELA GUERREIRO DE OLIVEIRA | 53 |
| 18 | CHARLES MOTA BENVINDO | 47 |
| 19 | RODRIGO BARRETO DE MORAES | 38 |
| 20 | LUCIANA POMPEU CERQUEIRA | 31 |
| 21 | JANAINA SILVEIRA DE SANT'ANNA | 21 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (EDUCADOR SOCIAL) | NOTA |
|---------------|--------------------------------|------|
| APROVADOS | | |
| 1 | VERONICE BERNARDO | 88 |
| 2 | CRISTIANE DE SOUZA MENDES | 82 |
| 3 | ANA PAULA DA COSTA JARDECINO | 81 |
| 4 | ANDREISE SATURINO DE OLIVEIRA | 80 |
| 5 | SANDRA LOPES AMARAL DAS CHAGAS | 79 |
| 6 | CARMEM LUCIA DE SOUSA OLIVEIRA | 77 |
| 7 | RUBENS GUEDES PACHECO | 77 |
| 8 | VANUSA GOMES DOS SANTOS | 77 |
| 9 | CLAUDIA TOLENTINO DE OLIVEIRA | 76 |
| 10 | ELEZABETH DIAS DA SILVA | 76 |
| 11 | JULIANE FARIA DE OLIVEIRA | 76 |
| 12 | WANESSA ALVES DE SOUZA | 75 |
| 13 | ANDERSON DAMIÃO COSTA | 74 |
| 14 | ANDREA CRISTINA SOUZA ROSA | 74 |
| 15 | EDUARDO JOSÉ FAUSTO DE ARAUJO | 74 |
| 16 | ALINE DA SILVA DE PAULA | 73 |
| 17 | ELZA DA SILVA PINHEIRO | 73 |
| 18 | SONIA MARIA DOS SANTOS SANTOS | 73 |
| 19 | ELZA APARECIDA FELICIANO | 72 |
| 20 | JOÃO NOBERTO DA SILVA NETO | 72 |

| | | |
|---------------------|--|----|
| 21 | ROSANGELA DE CARVALHO CÁRIA | 72 |
| 22 | DEMISON FALCÃO SILVA | 71 |
| 23 | FLORIANA MONTEIRO DA COSTA | 71 |
| 24 | JORGEANE DE SOUZA AMORIM | 71 |
| 25 | MARCIA GUEDES DE CAMARGO | 71 |
| 26 | ANA BEATRIZ DA COSTA MORAIS | 70 |
| 27 | EDLEY JULIANA MENEZES FERREIRA | 70 |
| 28 | FAYANA DOS SANTOS MORAIS | 70 |
| 29 | LUANA RODRIGUES COUTO | 70 |
| 30 | PATRICIA APARECIDA MARTINS GIL PEREIRA | 70 |
| 31 | ROSELY DO AMARAL SODRÉ | 70 |
| 32 | CHARLES SOARES ROSADO FERREIRA | 69 |
| 33 | JANUZY JUVENAL DE AZEVEDO | 69 |
| 34 | MARIA INES DA SILVA LIMA | 69 |
| 35 | MAYARA EVELLEN VALENTIM RANGEL | 69 |
| 36 | NATHALIA VERLY ROCHA MAIA | 69 |
| 37 | RODRIGO FERREIRA BARBOSA DA SILVA | 69 |
| 38 | SOLANGE PEREIRA DA SILVA | 69 |
| 39 | ANDRÉ LUIS SILVA DE MIRANDA | 68 |
| 40 | JORGE LUIS REISINGER MONTEIRO | 68 |
| 41 | DAIANE RAMOS DOURADO | 67 |
| 42 | GISELE DA SILVA MATHEUS QUINTANILHA | 67 |
| 43 | MARIZA ROSARIO PALMA DA SILVA | 67 |
| 44 | VANIA LIMA MUNIZ | 67 |
| 45 | ANA MARIA MOTTA ALVES | 66 |
| 46 | GABRIELA SARMENTO DA CONCEIÇÃO | 66 |
| 47 | PRISCILA MENDONÇA ARAUJO | 66 |
| 48 | LIDIANE RODRIGUES DA CRUZ MENEZES | 66 |
| 49 | ARDALLA DE ALMEIDA GUIMARÃES | 66 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 50 | ALESSANDRO CASTRO DA SILVA TAVARES | 65 |
| 51 | FERNANDA RODRIGUES DE ALMEIDA | 65 |
| 52 | JEFERSON MARINS LIMA | 65 |
| 53 | MONICA XAVIER RODRIGUES | 65 |
| 54 | PALOMA MARINS COSTA | 65 |
| 55 | ELIANE FRANCISCO DE ASSIS | 65 |
| 56 | JOCEMARA VIEIRA DE OLIVEIRA | 65 |
| 57 | RACHEU DE OLIVEIRA RODRIGUES | 65 |
| 58 | ROSA ZACOUR CUNTIN | 65 |
| 59 | SEBASTIÃO DE CARVALHO RAMOS | 65 |
| 60 | ANA BEATRIZ DE NAZARETH RIBEIRO | 64 |
| 61 | SOLANGE PEREIRA RAMOS | 64 |
| 62 | THATIANY ROCHA ALMADA | 64 |
| 63 | GLEISON FERREIRA BOECHAT | 63 |
| 64 | LINDINALVA BATISTA DA SILVA | 63 |
| 65 | ROSANE DA CONCEIÇÃO MARQUES | 63 |
| 66 | THIAGO SILVA DE SOUZA | 63 |
| 67 | CLEUZA DOS SANTOS LOPES | 62 |
| 68 | JOYCE TEIXEIRA VITORINO RODRIGUES | 62 |
| 69 | KARINE PORTELA GUILHERME | 62 |
| 70 | MONICA DE LIMA NEVES | 62 |
| 71 | ROSANE RODRIGUES MAIA | 62 |
| 72 | SIMONY ALVES DO AMARAL | 62 |
| 73 | CHYRLLENNE NOGUEIRA DE SOUZA SILVA | 60 |
| 74 | ELIANE APARECIDA PEREIRA | 60 |
| 75 | LUANA NOGUEIRA NETO | 60 |
| 76 | PATRICIA DO CARMO GONÇALVES MELO | 60 |
| 77 | PAULO ROBERTO PINHEIRO FELIZARDO | 60 |
| 78 | ANA CARLA DOS SANTOS SIQUEIRA | 59 |
| 79 | GABRIEL DO NASCIMENTO BAPTISTA | 59 |
| 80 | GISELLE CHRISTINA SILVA FIGUEIREDO | 59 |
| 81 | JONATHAN DE PAIVA SANTOS | 59 |
| 82 | JUSSARA SILVA GENTIL | 59 |
| 83 | REGINA DE FATIMA CARVALHO BRITO | 59 |
| 84 | ANA PAULA ROSA DE LIMA | 58 |
| 85 | THÁISA DE SOUZA OLIVEIRA E SILVA | 58 |

| | | |
|-----|-----------------------------------|----|
| 86 | CAROLINA BARBOSA MACIEL | 57 |
| 87 | ELISABETH MARIA DE OLIVEIRA | 57 |
| 88 | MARCOS ANTONIO DE SOUZA CHUNHA | 56 |
| 89 | ROSANGELA GONÇALVES | 56 |
| 90 | SABRINA RODRIGUES DA SILVA | 56 |
| 91 | BRUNO LEONARDO ABREU DOS SANTOS | 55 |
| 92 | CIRLEI GORNE | 55 |
| 93 | GABRIEL FEIJÓ DA SILVA | 55 |
| 94 | GÉSSICA DA FONSECA SANTOS | 55 |
| 95 | TATIANE SILVA COELHO | 55 |
| 96 | WALLACE DOS SANTOS SANTANA BUENO | 55 |
| 97 | ROBERTA LABRIOLA DA COSTA | 54 |
| 98 | TANIA CRISTINA BAPTISTA PEREIRA | 54 |
| 99 | TATIANA ALCÂNTARA DA SILVA | 54 |
| 100 | LETICIA MARIA DE CARVALHO FARIA | 53 |
| 101 | LUCIANE BATISTA DIOGO SOARES | 53 |
| 102 | MAYARA DE SOUZA COSTA | 53 |
| 103 | MAICON DOUGLAS DE SOUZA MENEZES | 52 |
| 104 | TABATA QUINTANILHA | 52 |
| 105 | DAIANA RODRIGUES DE MEDEIROS | 50 |
| 106 | MARIA HOSANA GOMES DA SILVA | 50 |
| 107 | ROSANGELA DE OLIVEIRA UKS | 50 |
| 108 | ANA MARIA PINHEIRO SOBRINHO SOUZA | 49 |
| 109 | LUANA SANTOS DA SILVA | 49 |
| 110 | MARLENE DO NASCIMENTO BAPTISTA | 49 |
| 111 | DUAN NÚBIA SILVA GALHANO | 48 |
| 112 | KELLY MIRIAM DE JESUS BERNARDES | 48 |
| 113 | GEISA FREITAS DE SOUZA DOS SANTOS | 47 |
| 114 | LOURDES BERNARDETE DE MAGALHÃES | 47 |
| 115 | TANIA SUELI GARCIA DA SILVA | 47 |
| 116 | MARCILENE TEIXEIRA DA SILVA | 46 |
| 117 | EDUARDO BRITO DE ABREU | 45 |
| 118 | VINICIUS BRAGA DE MENEZES | 45 |
| 119 | THIAGO DE JESUS SILVA GOMES | 43 |
| 120 | IOLANDA ALVES DE OLIVEIRA | 41 |
| 121 | LUIZ MARCELO ALVES DA SILVA | 41 |
| 122 | ANA PAULA MONTEIRO DE OLIVEIRA | 40 |
| 123 | RAPHAEL SILVEIRA | 40 |
| 124 | VITOR BRAGA DE MENEZES | 40 |
| 125 | JAMILLY DO NASCIMENTO SODRÉ | 38 |
| 126 | LUCIA CRESPO COUTINHO | 36 |
| 127 | BRENO CORDEIRO DA CUNHA | 35 |
| 128 | JEAN CARLOS SILVA DE OLIVEIRA | 35 |
| 129 | MARIA DE FATIMA SILVA | 35 |
| 130 | ANA CAROLINA RODRIGUES DO COUTO | 34 |
| 131 | ALCEMARIA FREITAS DE SOUZA | 33 |
| 132 | CARLA BEATRIZ CUNHA DE ALMEIDA | 33 |
| 133 | ADRIANA LIMA CAETANO | 32 |
| 134 | NILCILENE DA SILVA RODRIGUES | 31 |
| 135 | MONIKY BARROS MAIA DOS SANTOS | 29 |
| 136 | LUCAS DA SILVA SALOMÃO | 24 |
| 137 | MATHEUS DA COSTA RODRIGUES COELHO | 21 |
| 138 | PATRICIA DA FONSECA SILVA | 16 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (PSICÓLOGO) | NOTA |
|---------------|------------------------------------|------|
| APROVADOS | | |
| 1 | EDILÉA DA SILVA COELHO OLIVEIRA | 103 |
| 2 | LUCIANA PASTOR FONSECA | 100 |
| 3 | PATRICIA FATIMA DE ABREU | 100 |
| 4 | NINA BARI | 97 |
| 5 | QUELLI DE SOUZA CORTÁ OLIVEIRA | 97 |
| 6 | LUCIANE BATISTA MAREQUITO SOARES | 96 |
| 7 | CARLOS ALBERTO CAMPOS DE PAULA | 95 |
| 8 | ROSELI RIBEIRO DE ALMEIDA MONTEIRO | 95 |
| 9 | LEONARDO DE PAULA MENDONÇA | 94 |
| 10 | PATRICIA DAMIANA DA SILVA COELHO | 93 |

| | | |
|---------------------|--|----|
| 11 | CLAUDIA SIMÕES CARVALHO | 92 |
| 12 | CLAUDIA DE CASTRO PACHECO | 91 |
| 13 | ANA BEATRIZ LOIVOS PORTO DE CASTRO | 90 |
| 14 | CLARA MARIA MARQUES ADOLPH | 89 |
| 15 | GRAZIELLA MARIA BURLAMAQUI PERROTTA | 89 |
| 16 | FERNANDA MACHADO MACIEL | 89 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 17 | CARLA TAVARES DE OLIVEIRA NOGUEIRA | 89 |
| 18 | CLOTILDE BERNADETE D'ESCOFFIER | 88 |
| 19 | ERIKA BRAZ DE ALMEIDA | 88 |
| 20 | LILIANE MARQUES BARCELLOS | 88 |
| 21 | RENATA FERNANDES CALDAS | 88 |
| 22 | SANDRA RICARDO SILVA CARNEIRO | 88 |
| 23 | PRISCILLA SPITZ DA CRUZ | 88 |
| 24 | ALESSANDRO LUIS CORREA | 88 |
| 25 | CAROLINE DA SILVA GOMES BOCCOLINI | 85 |
| 26 | DEMILA BRITO MOYSES FRAGOSO | 85 |
| 27 | JULIANA MACIEL GONÇALVES | 85 |
| 28 | MARCIO ALVES BEZERRA | 85 |
| 29 | ANA ROSA DE ARAGÃO | 84 |
| 30 | JACQUELINE FERREIRA COSTA | 84 |
| 31 | MARIA ANGELICA DO NASCIMENTO | 84 |
| 32 | SILVIA CRISTINA PEREIRA DE CARLOS | 84 |
| 33 | SUELEN BRITO QUINTANILHA | 84 |
| 34 | KATIA SUELI DE SOUZA RODRIGUES | 83 |
| 35 | VALERIA SILVA AUGUSTO | 83 |
| 36 | DANIELLE DE MOURA CORTES | 82 |
| 37 | ALINE DA SILVA GONÇALVES ROSA | 81 |
| 38 | FATIMA REGINA FERREIRA DA SILVA | 81 |
| 39 | JUSSARA PACHECO LAGE | 81 |
| 40 | ANDRE LUIZ MENDES JUNIOR | 80 |
| 41 | RODRIGO MONTEIRO PEREIRA | 79 |
| 42 | CRISLANE PINHEIRO MALLETT | 78 |
| 43 | ALINE DE CASTRO VIANA SOUZA | 77 |
| 44 | ANDREIA FERRO SIQUEIRA | 77 |
| 45 | DEBORA STRAUSS | 77 |
| 46 | MARCIA CARVALHO DE ALENCAR | 77 |
| 47 | MARIANA DIAS TEIXEIRA | 77 |
| 48 | MONIQUE IGNACIO NIETO | 76 |
| 49 | ALEX DE ARAUJO GUIMARAES | 75 |
| 50 | GIORDANA CARVALHO PARDI | 75 |
| 51 | GUSTAVO FRANCISCO BRITO DA SILVA | 75 |
| 52 | JOANNA PEREIRA DE SOUZA NETTO | 74 |
| 53 | MICHELY FROES BASSAN JUNCA | 74 |
| 54 | NATÁLIA SERAFIM DA SILVA | 74 |
| 55 | ROMULO MARTINS DE SOUSA | 74 |
| 56 | KARINE FEIJÓ FERREIRA | 73 |
| 57 | LUCIA REGINA COSTA MESSIAS | 73 |
| 58 | MARTA NASCIMENTO PEREIRA DE OLIVEIRA | 73 |
| 59 | MURILO QUIRINO DOS SANTOS FILHO | 73 |
| 60 | TANIA CRISTINA TAVARES CORREA VALLADÃO | 73 |
| 61 | CATIA CRISTINA ROCHA DA SILVA | 72 |
| 62 | IZABELLA NEVES ALVAREZ | 72 |
| 63 | MADELLON CAVGIAS MARTINS FRAGA | 72 |
| 64 | PATRICIA GAMA DA CUNHA | 72 |
| 65 | ANA LUCIA CRUVELLO D'ÁVILA REIS FEIGUEIREDO | 71 |
| 66 | DIANA MIRANDA DE FARIAS PRIETO RUGELES | 71 |
| 67 | ILANA XAVIER DA FONSECA | 71 |
| 68 | JOSIELE CRISTINA DA SILVA | 71 |
| 69 | KATIA SOUZA SANTOS DA SILVA | 71 |
| 70 | MARIA DA PAIXÃO NOBRE CODECEIRA | 71 |
| 71 | MARIANA PINTO DIAS DO NASCIMENTO CAMPANA | 71 |
| 72 | TATIANA RODRIGUES | 71 |
| 73 | MARIA CRISTINA DE CASTRO ANDRADE | 70 |
| 74 | THEREZA CRISTINA DE BALTAZAR | 70 |
| 75 | DAMIANA AVILA CARVALHO | 68 |

| | | |
|-----|---|----|
| 76 | NILTON DA SILVA NUNES JUNIOR | 68 |
| 77 | KARLA DE ALBUQUERQUE ROCHA | 67 |
| 78 | MARIA DE FATIMA VENTURA COUTINHO | 67 |
| 79 | MONICA MACHADO DE ASSUMPÇÃO | 66 |
| 80 | DANIELE ALVES DE SOUSA | 65 |
| 81 | DANIELLE GONÇALVES DE OLIVEIRA | 65 |
| 82 | DENISE MARIA BUENO VIEIRA | 65 |
| 83 | MARCIA LAURA DA SILVA SANTOS | 65 |
| 84 | CASSIA DAS NEVES CAMPÊLO | 64 |
| 85 | ISABELA MACIEL PIRES | 64 |
| 86 | KELVYA SILVEIRA MAIA | 64 |
| 87 | MONIQUE PASTOR GONÇALVES D'ALBUQUERQUE | 64 |
| 88 | ROSANGELA KOPPE DE SANT'ANNA | 64 |
| 89 | GRACE JANE SANT'ANNA DA CRUZ | 63 |
| 90 | ALEXANDRA DA COSTA MACHADO | 60 |
| 91 | FERNANDA MOTTA DE OLIVEIRA | 60 |
| 92 | MARCIA MARIA CASTILHO TAVEIRA | 60 |
| 93 | SIMONE RIBEIRO DE AZEVEDO | 60 |
| 94 | ALINE PORTELA DA SILVA | 59 |
| 95 | LUCIA MARIA PEREIRA | 59 |
| 96 | SILVIA REGINA DE OLIVEIRA CORREA | 59 |
| 97 | TEREZINHA DA SILVA ALECRIM | 59 |
| 98 | RAFAEL DE MELO RODRIGUEZ | 57 |
| 99 | MARILIDIA AMARAL | 56 |
| 100 | CECILIA MORAES DE CASTRO LEAL | 55 |
| 101 | OZINEA DA SILVA PEREIRA | 55 |
| 102 | ALESSANDRA DE NAZARETH ESPINDOLA | 53 |
| 103 | ANA HELENA AUGUSTO DE SOUZA | 53 |
| 104 | DAMIANA AMBROZIO FERNANDES | 53 |
| 105 | GESILENI AMARAL SOARES | 53 |
| 106 | ALINE PEPEU DOS SANTOS | 52 |
| 107 | ELMA CECILIA FREITAS COSTA | 52 |
| 108 | ANDREA PERLINGEIRO GUIÇÃO DO NASCIMENTO | 51 |
| 109 | EDUARDO LEAL DA SILVA REIS | 51 |
| 110 | PATRICIA PORTUGAL LOPES | 51 |
| 111 | CRISTINA SOUSA DE OLIVEIRA | 50 |
| 112 | DENISE MORENO PEREIRA | 49 |
| 113 | RENATA BRAGA TEIXEIRA LEITE | 49 |
| 114 | SILVIA KOHLER | 49 |
| 115 | CARLOS ALBERTO NASCIMENTO | 48 |
| 116 | IRENE GAMA SILVA | 48 |
| 117 | MARCELLA SIQUEIRA LOPES DA SILVA | 48 |
| 118 | RAFAEL RONZEI BENTES | 47 |
| 119 | THAIS SANTAROSA DE OLIVEIRA | 47 |
| 120 | CARINA AUGUSTO DA CRUZ | 46 |
| 121 | NATHALIA DE BARROS LIMA | 44 |
| 122 | ALINE DE OLIVEIRA CARVALHO | 43 |
| 123 | GIOVANNA LINO AMORIM RODRIGUES | 42 |
| 124 | SIMONE DOS SANTOS MACHADO | 42 |
| 125 | ELAINE DE OLIVEIRA CARDOSO GOMES | 41 |
| 126 | ROSIMERE PEREIRA HARDOIM | 40 |
| 127 | ANELISA MARTINS RIBEIRO | 39 |
| 128 | GABRIEL FOLLY NOGUEIRA SERTÃ | 38 |
| 129 | PATRICIA DE MOURA TAVARES | 36 |
| 130 | GÉSSICA DE OLIVEIRA RODRIGUES CASTRO | 34 |
| 131 | ROGERIA SANTANA BAPTISTA | 31 |
| 132 | ELISA DE CASTRO MIRANDA | 28 |
| 133 | ALINE CARDOSO SILVA MAGALHÃES | 22 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (SUPERVISOR DE CAMPO) | NOTAS |
|---------------------|---|-------|
| APROVADOS | | |
| 1 | ZULEICA MARIA BRUM | 70 |
| 2 | LUIZ PAULO DA SILVA E SILVA | 64 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 3 | THIAGO DOS SANTOS SILVA | 62 |
| 4 | LILYANE DE QUEIROZ HENRIQUES NERY POMBO | 54 |

| | | |
|----|-----------------------------------|----|
| 5 | MARCOS ABRANTES DOS SANTOS | 54 |
| 6 | MARIO FERNANDO DA SILVA RODRIGUES | 54 |
| 7 | RICARDO TADEU GRIECO JUNIOR | 49 |
| 8 | MARCELLO CANDIOTA SALGUEIRINHO | 41 |
| 9 | PRISCILLA ABREU FERREIRA BORGES | 33 |
| 10 | VALDIR GONÇALVES CALEIA | 33 |
| 11 | FERNANDA SAMPAIO BASTOS | 31 |
| 12 | ERIKA DE CARVALHO FERREIRA | 15 |

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATOS (TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) | NOTAS |
|---------------------|---|-------|
| APROVADOS | | |
| 1 | ROBERTA LUCIA RANGEL | 84 |
| 2 | EDVALDO OLIVEIRA DE PAULA | 82 |
| 3 | LUIS GUILHERME FRANCA NOGUEIRA | 82 |
| 4 | SOLANNE GONÇALVES ALVES | 81 |
| 5 | CELIA MARIA DOS SANTOS SOUZA | 76 |
| CADASTRO DE RESERVA | | |
| 6 | MAIRA ANDREZA PACHECO FONSECA | 75 |
| 7 | ELIANE RODRIGUES SILVEIRA | 72 |
| 8 | ELIANE MARIA CARNEIRO PARENTE | 71 |
| 9 | DIEGO AUGUSTO DE CASTRO SANTIAGO | 71 |
| 10 | ALEXANDRE AUGUSTO CRUZ DE OLIVEIRA | 68 |
| 11 | DEYSE MODESTO PINHEIRO | 67 |
| 12 | CAROLINE MAFRA TEIXEIRA | 66 |
| 13 | VIVIANE BELLAS TAVARES | 66 |
| 14 | ALEDIR DA SILVA CONCEIÇÃO | 65 |
| 15 | LUCIA MARIA DE FIGUEIREDO LOPES | 65 |
| 16 | MARICEMA MARQUES DE AZEVEDO | 65 |
| 17 | JULIANA DE SOUSA LIMA | 61 |
| 18 | JOYCE OLIVEIRA DA SILVA | 60 |
| 19 | NATHALIA DE LIMA FERNANDES | 60 |
| 20 | DUANE MORENO PEREIRA | 57 |
| 21 | MARIA HELENA FALCÃO BEZERRA | 57 |
| 22 | AMELIA SPATA MEDEIROS | 56 |
| 23 | ANDERSON LUIZ FERNANDES DA SILVA | 55 |
| 24 | MARIA FERNANDA BASTOS SOARES | 55 |
| 25 | AMORA PINHEIRO RODRIGUES | 54 |
| 26 | TATIANA SILVA DE ASSIS ALVES | 52 |
| 27 | ESTELA MARA DE VARGAS SILVA | 51 |
| 28 | JAQUELINE NORONHA DE ARAUJO MARANHÃO | 50 |
| 29 | IGOR FERNANDES PINHEIRO | 48 |
| 30 | FERNANDA ROSA ALVES SAAD | 47 |
| 31 | JAMILE DO NASCIMENTO MARTINS | 47 |
| 32 | RONALDO SENRA RAGONE | 46 |
| 33 | VANESSA DE ANDRADE SOARES | 46 |
| 34 | VALQUÍRIA NUNES MARACAJÁ PORTO | 43 |
| 35 | ADIB DA SILVA MACRUZ | 41 |
| 36 | MARLENE CHAVES GONÇALVES | 41 |
| 37 | SHELEN CARLA DE CASTRO MOURA | 41 |
| 38 | EDNALDO DE JESUS SOUZA | 40 |
| 39 | LUIZA HELENA DE ALMEIDA MACEDO MILHAZES | 38 |
| 40 | ANTONIO SERGIO COSTA PINTO | 37 |
| 41 | MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA | 32 |
| 42 | LEONARDO LEOCÁDIO PINTO | 31 |
| 43 | ELIANE MOREIRA ROBERTO | 5 |

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ATOS DO SECRETÁRIO
O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia no uso de suas atribuições legais e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 14 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na unidade educacional denominada **CENTRO EDUCACIONAL ARARIBOIA**, localizada na Rua Vereador José Vicente Sobrinho, nº 269 parte, Barreto, Niterói, mantida pela pessoa jurídica **NEGA - NITERÓI EMPREENDIMENTOS, GESTÕES & ASSESSORIAS EDUCACIONAIS LTDA ME**, CNPJ nº 08.863.566/0001-59, para a faixa etária de 3 anos a 5 anos, com capacidade total de matrícula de 61 (sessenta e uma) crianças, em horário parcial, tarde.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **(PORTARIA SEMECT Nº 010/2013)**
O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia no uso de suas atribuições legais e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 14 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na unidade educacional denominada **APUANA CRECHE ESCOLA**, localizada na Rua Jefferson Rocha, nº 40, Maravista, Itaipu, Niterói, mantida pela pessoa jurídica **APUANA CRECHE ESCOLA LTDA**, CNPJ nº 11.219.108/0001-96, para a faixa etária de 1 ano a 5 anos, em regime de funcionamento parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 78 (setenta e oito) crianças, sendo 58 (cinquenta e oito) em horário parcial, tarde, e 20 (vinte) em horário integral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **(PORTARIA SEMECT Nº 011/2013)**

O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia no uso de suas atribuições legais e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 14 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar, a pedido, as atividades de Educação Infantil na unidade educacional denominada **ESCOLA DA TIA MARÍLIA**, que se encontrava instalada na Rua Professor Emami Faria Alves, nº 15, Piratininga Niterói, mantida pela pessoa jurídica **ESCOLA DA TIA MARÍLIA LTDA**, CNPJ nº 03.455.240/0001-79, autorizada a funcionar através da Portaria SMEC/030/2001, publicada em 03 de agosto de 2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **(PORTARIA SEMECT Nº 012 /2013)**

O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia no uso de suas atribuições legais e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 14 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o funcionamento das atividades de Educação Infantil na unidade educacional denominada **TATHILÂNDIA**, localizada na Alameda Carolina, nº 34 parte, Icarai, Niterói, mantida pela pessoa jurídica **TATHILÂNDIA LTDA**, CNPJ nº 06.086.504/0001-52, para a faixa etária de 4 meses a 5 anos, em regime de funcionamento parcial e integral, com capacidade total de matrícula de 98 (noventa e oito) crianças, sendo 48 (quarenta e oito) em horário parcial e 50 (cinquenta) em horário integral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(PORTARIA SEMECT Nº 013 /2013)

O Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no Art. 6º da Deliberação CME nº 015/2010, e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação em sessão plenária realizada em 14 de outubro de 2013, faz saber que:

Art. 1º Ficam alterados os termos da Portaria SME/015/2003, que autoriza o funcionamento das atividades de Educação Infantil na unidade educacional denominada **JARDIM ESCOLA SER FELIZ**, mantida pela pessoa jurídica **JARDIM ESCOLA SER FELIZ S/S LTDA ME**, CNPJ nº 05.432.291/0001-00.

I – Do Endereço: passa a funcionar na Rua Dr. Souza Dias, nº 69, Vital Brazil, Niterói;

II – Da Faixa Etária: destinado a crianças na faixa etária de 1 ano a 5 anos;

III - Da Capacidade Total de Matrícula: para 68 (sessenta e oito) crianças, sendo 48 (quarenta e oito) em horário parcial, tarde, e 20 (vinte) em horário integral.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Portaria SME/015/2003. **(ATO ADITIVO À PORTARIA SME Nº 015/2003)**

**CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE NITERÓI
ATOS DO PRESIDENTE**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2013

**II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE NITEROI
1 – DA FINALIDADE**

O Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói torna público e de conhecimento dos interessados que, mediante o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, as instituições aptas à participação na II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE NITEROI, nos termos da Deliberação COMCITEC nº 01/2013, publicada em 16 de outubro de 2013, poderão inscrever seus delegados, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

2 – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente instrumento convocatório baseia-se nos seguintes fundamentos legais: Lei nº 2.502, de 06 de dezembro de 2007, que cria o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologias de Niterói;

Deliberação COMCITEC nº 01/2013, publicada em 16 de outubro de 2013, que estabelece critérios e diretrizes para a II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói;

3 – DAS INSTITUIÇÕES APTAS A INDICAR DELEGADOS PARA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE NITERÓI

Conforme disposto no art. 3º da Deliberação COMCITEC nº 01/2013, publicada em 16 de outubro de 2013, são considerados delegados os indicados pelas seguintes instituições:

- Instituições de Ensino Superior, sediadas em Niterói, com até 1.000 (mil) professores, poderão indicar até 04 (quatro) delegados;
- Instituições de Ensino Superior, sediadas em Niterói, com corpo docente acima de 1.000 (mil) professores, poderão indicar até 08 (oito) delegados;
- Instituições de Pesquisa, Fomento e Difusão da Ciência, sediadas em Niterói, poderão indicar até 02 (dois) delegados;
- Estabelecimentos de educação básica e profissional, públicos e privados, sediados em Niterói, poderão indicar 01 (um) delegado por instituição;
- O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, o Colégio Universitário Geraldo Reis (UFF) e o Colégio Pedro II – UNED Niterói poderão indicar até 02 (dois) delegados;
- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Fundação Municipal de Educação de Niterói poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ) poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Rede Estadual de Tecnologia do Rio de Janeiro poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- A Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT) poderá indicar até 02 (dois) delegados;
- As representações sindicais, patronais ou de trabalhadores, sediadas em Niterói, poderão indicar até 02 (dois) delegados por instituição;
- As entidades representativas dos setores produtivos, com atuação na área de ciência, tecnologia e inovação, sediadas em Niterói, poderão indicar até 02 (dois) delegados;
- A Academia Brasileira de Ciências poderá indicar até 02 (dois) delegados.

4 – DA PROGRAMAÇÃO

A II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói acontecerá em quatro etapas, conforme deliberação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói. O evento terá por finalidade a aprovação do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói, com vigência de 2014 a 2023, em diálogo com todos os agentes da sociedade niteroiense envolvidos no processo científico e tecnológico.

5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1 – As instituições aptas a inscrever delegados para a II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói deverão encaminhar, no período de 21 de outubro a 10 de novembro de 2013, para o e-mail **2comcitein@gmail.com**, a ficha de inscrição do(s) delegado(s) devidamente preenchida (Anexo).


5.2 – O delegado indicará, por ordem de preferência, três opções de eixos (Anexo) dos quais deseja participar, no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs), que serão organizados por ordem de inscrição, observadas as preferências indicadas na ficha de inscrição.

5.3 – A confirmação da inscrição será realizada por meio eletrônico, bem como a convocação do delegado para a etapa de aprovação do Regimento Interno da II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme programação (item 4).

6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói.

(ANEXO)



PREFEITURA

NITERÓI

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói

FICHA DE INSCRIÇÃO

Instituição: _____

Nome Completo do Delegado: _____

Telefones para Contato: _____ - _____

E-mail para Contato: _____

Entidade ou Segmento que Representa: _____

Cargo que ocupa na Instituição: _____

Necessita de atendimento especializado?

() Não

() Sim

Descreva o tipo de atendimento necessário: _____

Indicação de até 3 (três) eixos de interesse, por ordem de preferência.

() Eixo Temático – nº 1 - Ampliação e Fortalecimento da Base de Pesquisa Científica e Tecnológica no Município e no Leste Fluminense

() Eixo temático – nº 2 - Popularização e Difusão da CT&I para o Desenvolvimento Social

() Eixo Temático – nº 3 - Empreendedorismo, Criatividade e Inovação

() Eixo Temático – nº 4 - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

() Eixo temático – nº 5 - Novos Paradigmas de Desenvolvimento Sustentável Local e Regional

() Eixo temático – nº 6 - Papel da CT&I na Promoção de uma Educação de Qualidade desde a Primeira Infância

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO Nº 218

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 12; **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E A EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA; **OBJETO:** O presente instrumento tem por objeto a assinatura de Termo de Convênio Aditivo em respeito ao parágrafo único do Termo de Convênio nº 01/2013, para execução do projeto de reforma da Unidade Mário Monteiro com vistas à recuperação predial e adaptação funcional ao modelo UPA – Porte III; **VALOR:** R\$ 111.343,22 (cento e onze mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos); **VERBA:** Classificação Orçamentária nº 13/00000486, Programa de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2187, Natureza de Despesa nº 3390.39.00, Fonte nº 207 e Empenho nº 1307/13 datado de 18/10/2013; **PRAZO:** 30 (trinta) dias; **FUNDAMENTO:** Lei 8.666/93; **ASSINATURA:** 18 de outubro de 2013.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atos do Presidente

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

R E S O L V E:

Considerar Nomeados para o cargo abaixo relacionado, tendo em vista sua aprovação no V CONCURSO PÚBLICO DA FME, em obediência à Ordem de Classificação publicada em 05/03/2011:

Merendeiro EF I, a contar de 25 de Julho de 2013

Portaria FME/893/2013 – **Gilçara da Conceição Paulo**, matrícula nº237.023-7, em vaga decorrente da Exoneração de Iran da Silva Senna, matrícula nº237.012-0.

Merendeiro EF I, a contar de 30 de Julho de 2013

PortariaFME/890/2013 - **Aline Cristina de Oliveira Ferreira**, matrícula nº237.035-1, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/891/2013 – **Claudia Rodrigues Quintanilha**, matrícula nº237.037-7, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/892/2013 – **Eloisa Rosa Gomes Silva**, matrícula nº237.031-0, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/894/2013 – **Márcia Moreira Bronn**, matrícula nº237.027-8, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/895/2013 – **Mirian Rodrigues Alves**, matrícula nº237.030-2, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/896/2013 – **Neiva Barbosa Felipe**, matrícula nº237.033-6, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/897/2013 – **Nivia Nascimento da Silva Lirio**, matrícula nº237.028-6, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/898/2013 – **Paulo Sergio Viana Feitosa**, matrícula nº237.032-8, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/900/2013 – **Rosemere de Jesus Fraga da Silva**, matrícula nº237.036-9, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/899/2013 – **Rosa de Jesus Maio Teixeira Garcia**, matrícula nº237.029-4, em vaga decorrente da Lei nº2498/ Lei Merendeiro publicada em 06/12/2007.

Portaria FME/901/2013 – **Sandra Cristina da Silva Medeiros**, matrícula nº237.026-0, em vaga decorrente da Aposentadoria de Ofélia Soares Marins, matrícula 232.415-0.

Portaria FME/902/2013 – **Sonia Maria Pinheiro da Silva**, matrícula nº237.034-4, em vaga decorrente da Aposentadoria de Ofélia Soares Marins, matrícula 232.415-0.

Merendeiro EF I, a contar de 13 de Agosto de 2013

Portaria FME/903/2013 – **Verônica Benicio de Araújo Lira**, matrícula nº237.038-5, em vaga decorrente da Exoneração de Luciane Calixto Neves, matrícula 236.317-4.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

RESOLVE:

Considerar Nomeados para o cargo abaixo relacionado, tendo em vista sua aprovação no V CONCURSO PÚBLICO DA FME, em obediência à Ordem de Classificação publicada em 23/02/2011:

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 20 de Agosto de 2013.

Portaria FME/904/2013 – **Ana Hedwig de Araújo Wirtzbiki Gutterres**, matrícula nº237.054-2, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Portaria FME/906/2013 – **Elcio Alves da Silva**, matrícula nº237.052-6, em vaga decorrente da Exoneração de Caroline da Silva Ferreira Rigueira, matrícula nº 236.381-0

Portaria FME/911/2013 – **Raphael Borges Gomes**, matrícula nº237.053-4, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 29 de Agosto de 2013.

Portaria FME/910/2013 – **Raimundo Nilson Amaral da Silva**, matrícula nº237.076-5, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 30 de Agosto de 2013.

Portaria FME/909/2013 – **Lucia de Fátima Costa Paes**, matrícula nº237.077-3, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 03 de Setembro de 2013.

Portaria FME/905/2013 – **Angélica Gonçalves Alonso**, matrícula nº237.079-9, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Portaria FME/908/2013 – **Luanda Vieira Aznar Dutra**, matrícula nº237.080-7, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 05 de Setembro de 2013.

Portaria FME/907/2013 – **Fernando Antonio Schneider**, matrícula nº237.081-5, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

Auxiliar de Portaria EF I, a contar de 20 de Setembro de 2013.

Portaria FME/912/2013 – **Rosangela Neli de Castro Barbosa**, matrícula nº237.097-1, em vaga decorrente da Lei 2307/Lei Aux. de Portaria, publicada em 19/01/2006.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049 /2013

Aprovo a proposta da Pregoeira e Equipe de Apoio, adjudicando e homologando o PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2013, à sociedade empresária KLTV COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME no valor total de R\$104.790,00 (CIENTO E QUATRO MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS) . A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 12.361.004202141 , Código de Despesa 449052.00 , Fonte 100

AVISO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 64/2013

A Pregoeira, no uso de suas atribuições, informa que o Pregão Presencial supra, fica adiado SINE DIE.

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A - A NELTUR

ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013

PROCESSO 500/477/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Posto de vigia (desarmada), Locação, instalação e manutenção de sistema de central de monitoramento através de câmeras e central de alarme; sistema de controle de acesso com detecção biométrica com controle de carga horária com entrada e saída e banco de horas.

Conforme preconiza o art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, a pregoeira responsável pelo procedimento em tela comunica aos interessados que a sessão pública definida para o dia 21/10/2013, às 14h, foi adiada para o dia **05/11/2013 às 14hs**, em virtude de adequações no edital e seus anexos.

NITERÓI PREV.

Atos do Presidente

Processo nº: 310/000762/2012 – Pagamento das Contribuições Previdenciárias nos períodos que usufruiu licença sem vencimentos. Deferido

Processo 20/1289/2013 – Deferido.

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

2º AVISO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/13

OBJETO: Obras de intervenção no Hospital Municipal Carlos Tortelly no Município de Niterói/RJ. **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 2013, às 15:00 horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 11º andar – Centro – Niterói – RJ. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Somente poderão participar da presente LICITAÇÃO os interessados que atender em às disposições do EDITAL e suas condições específicas até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital e a minuta contratual poderão, a critério da EMUSA, ser disponibilizados para visualização nos seguintes sites: www.niteroi.rj.gov.br e www.imprensa.niteroi.rj.gov.br. O Edital completo só poderá ser adquirido na sede da EMUSA, sob o pagamento de R\$ 50,00 (cinquenta reais), no endereço supracitado, onde poderão ser prestados esclarecimentos pela Diretoria de Operações da EMUSA. Niterói, 18 de outubro de 2013. Guilherme Pessanha Ribeiro – p/Presidente da EMUSA.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 04/13 ao contrato nº 18/12 (execução das obras de construção de passagem de nível, drenagem, pavimentação e calçadas na Avenida Marques do Paraná- Centro- Niterói- RJ). **PARTES:** EMUSA E R.C. VIEIRA ENGENHARIA LTDA. **VALOR:** R\$ 3.798.234,02 (três milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e dois centavos, que corresponde a 23,66% do valor do contrato inicial). **FUNDAMENTO:** art. 57, § 1º, inciso IV, c/c art. 65, II, § 1º, todos da Lei nº 8666/93. **DATA:** 30/01/13. Proc. Nº 510/3334/13. Guilherme Pessanha Ribeiro – p/Presidente da EMUSA - Niterói, 18 de outubro de 2013.